

## MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

### ATA DA 91<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR

1 Nos dias quinze e dezesseis do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada a 91<sup>a</sup>  
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram  
3 presentes na reunião os seguintes membros: **Sra. Anielle Franco**, Ministra da Igualdade Racial e  
4 Presidente do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, **Sra. Marina Lais**  
5 **Duarte da Silva**, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR;  
6 **Sra. Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva**, Representante do Ministério da Igualdade Racial;  
7 **Sra. Larissa da Cruz Santiago**, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Promoção da  
8 Igualdade Racial – CNPIR; **Sr. Airton Ferreira da Silva**, Representante da Coalizão Negra por  
9 Direitos; **Sr. Antônio Ricardo Herculano da Silva**, Representante do Coletivo de Entidades Negras  
10 da Bahia – CEN/BA; **Sra. Maria de Nazaré Costa da Cruz**, Representante da Coordenação  
11 Nacional de Entidades Negras – CONEN; **Sr. Olumidê Betinho**, Representante da Rede Nacional de  
12 Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFRO SAÚDE; **Sra. Iraneide Soares da Silva**,  
13 Representante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN; **Sra. Rosa Negra**,  
14 Representante do Movimento Negro Unificado – MNU; **Sr. Afonso José Dias Gomes**, Representante  
15 do Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER; **Sra. Roberta Moema Sodré de Deus**,  
16 Representante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA; **Sra. Deuzília Pereira**  
17 **Coutinho Cruvinel**, Representante do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado; **Sra. Maria**  
18 **Julia Reis Nogueira**, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Sra. Iyá Vera**  
19 **Soares**, Representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos  
20 Tradicionais de Matriz Africana – FONSANPOTMA; **Sra. Bruna Ravena Braga dos Santos**,  
21 Representante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS; **Sr.**  
22 **Ogan Leno Farias**, Representante da Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoguiã – CCIAO; **Sra. Carlene**  
23 **Patricia Santos Printes Cabral**, Representante da Coordenação de Associações das Comunidades  
24 Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU; **Sra. Edvalda Bispo dos Santos Viana**,  
25 Representante da Associação Nacional das Mulheres Ciganas; **Sra. Elaine Maria da Silva de**

26      **Toledo**, Representante do Instituto Alma Preta Jornalismo; **Sr. Nuno Coelho de Alcantara Junior**,  
27      Representante da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APNs; **Sra. Eclesina**  
28      **Alalba Carvalho de Oliveira**, Representante do Ministério das Mulheres; **Sra. Marilda Oliveira de**  
29      **Brio Cohen**, Representante do Ministério das Cidades; **Sra. Daniela Luciana da Silva**,  
30      Representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; **Sr. Nathanael de Souza**  
31      e **Silva**, Representante do Ministério das Relações Exteriores; **Sra. Anatalina Lourenço da Silva**,  
32      Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; **Sra. Andréia Amorim Dias**, Representante da  
33      Secretaria-Geral da Presidência da República; **Sra. Camilla Kelly Pacheco Perpétuo**, Representante  
34      do Ministério das Comunicações; **Sra. Raianne Xavier de Alcântara Horovits** e **Sr. Anderson Luiz**  
35      **Alves de Oliveira**, Representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento; **Sr. Erik Maike**  
36      **Anacleto Vitor** e **Sr. Edson Yago da Silva Brito**, Representantes do Ministério dos Povos Indígenas;  
37      **Sra. Karina Miranda da Gama**, Representante do Ministério da Cultura; **Sr. Daniel de Oliveira**  
38      **Piza**, Representante do Ministério do Esporte; **Sra. Cecília Bizerra Sousa**, Representante da Casa  
39      Civil da Presidência da República e como convidado, **Sr. Marcos Fábio de Faria**, Chefe de Gabinete  
40      da Secretaria Executiva do Ministério da Igualdade Racial;

41      A Vice-Presidenta, **Marina Duarte**, iniciou os trabalhos, saudando a Mesa e a Plenária. Em seguida,  
42      a Secretária Executiva do MIR, **Roberta Eugênio**, também saudou e acolheu a plenária, destacando  
43      o Fórum Permanente de Afrodescendentes e a presença da Ministra da Igualdade Racial, Anielle  
44      Franco, no referido espaço. Na sequência, a Vice-Presidenta Marina Duarte procedeu à leitura da  
45      ordem do dia. Durante o início dos debates, o conselheiro Antônio Herculano apresentou uma questão  
46      de ordem referente à representatividade do governo no Conselho e à necessidade de apresentação das  
47      políticas públicas dos Ministérios. A Secretária Roberta Eugênio ressaltou a importância de  
48      **promover uma reunião específica com os Conselheiros do Poder Público**, reforçando a relevância de  
49      desse diálogo para o fortalecimento da atuação governamental no CNPIR. A Vice-Presidenta Marina  
50      Duarte reforçou o empenho da **Secretaria Executiva do CNPIR no envio de convites aos**  
51      **Ministérios, que serão expedidos diretamente pelo Gabinete da Ministra**. A conselheira Edvalda  
52      Bispo apresentou uma **manifestação relativa à representação dos Povos Ciganos** na CONAPIR,  
53      destacando que o tema se encontra atualmente contemplado apenas no eixo “Reparação” e propondo,  
54      em nome do coletivo, a revisão da distribuição temática dos eixos. A Vice-Presidenta sugeriu que  
55      fosse **elaborado um documento para encaminhamento à Secretaria Executiva do CNPIR, a fim**

56 **de que o tema fosse incluído na pauta da próxima reunião da Comissão Organizadora Nacional**  
57 **(CON)**. A conselheira Rosa Negra informou sobre o recebimento de uma denúncia e tratou da falta  
58 de diálogo enfrentada em determinados espaços, sugerindo o acionamento do Ministério dos Direitos  
59 Humanos e da Cidadania (MDHC). Foi iniciado um debate sobre misoginia e violência extrema nos  
60 espaços progressistas, com a proposição de que o **Conselho promova um debate específico sobre**  
61 **violência contra as mulheres**. A Secretaria Executiva do MIR, Roberta Eugênio, fez uma exposição  
62 abordando a temática da violência, contribuindo para o aprofundamento do debate. Em seguida, o  
63 conselheiro **Ogan Leno Farias** apresentou a plataforma “Territórios Vivos”, ferramenta de  
64 reconhecimento e georreferenciamento dos territórios tradicionais. A Secretaria Roberta Eugênio  
65 sugeriu que o Ogan Leno apresentasse a iniciativa na próxima reunião do Plano Nacional de Gestão  
66 Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). Na ocasião, foi registrada a presença de 9 (nove)  
67 representantes do Poder Público e de 18 (dezoito) representantes da Sociedade Civil, totalizando 27  
68 (vinte e sete) Conselheiros presentes na reunião naquele momento. A conselheira **Carlene Printes**  
69 realizou a leitura de uma carta sobre as comunidades quilombolas. A Secretaria Roberta Eugênio  
70 **encaminhou que a nota fosse direcionada à Secretaria de Quilombolas, Povos e Comunidades**  
71 **Tradicionais (SQPT)**, bem como que fosse **promovido um diálogo da Secretaria com o Estado**  
72 **do Ceará**. A conselheira **Elaine Toledo** compartilhou informações sobre a campanha do portal Alma  
73 Preta referente ao combate ao racismo no esporte. A Secretaria Roberta Eugênio apresentou um  
74 documento sobre o tema, destacando resolução recente da ONU, e informou que o material seria  
75 encaminhado à Secretaria Executiva do CNPIR para divulgação aos conselheiros(as). A conselheira  
76 **Bruna Ravena** apresentou os planejamentos e eventos do FONATRANS até o ano de 2030. O  
77 conselheiro **Antônio Herculano** relatou o interesse de sua participação na viagem a Cuba e reforçou  
78 a importância de o Conselho tornar-se deliberativo e paritário. A Vice-Presidenta, **Marina Duarte**,  
79 tratou sobre a agenda internacional e deliberou acerca da possibilidade de viagens para colaboradores  
80 eventuais, no âmbito das ações do Conselho. O conselheiro **Daniel Piza** reiterou sua disponibilidade  
81 em contribuir com o diálogo junto ao Ministério do Esporte. A conselheira **Iraneide Soares** destacou  
82 a importância da continuidade dos “**Caminhos Américanos**”, **relembrando deliberação anterior**  
83 **do Conselho que ainda não havia sido efetivada e que não tinha mais nenhum tipo de**  
84 **atualização sobre o andamento do programa** e de que forma o conselho poderia integrar. Reforçou  
85 também a relevância da participação do Conselho nos COPENES Regionais, que ocorreriam ao longo

86 do ano, e mencionou a necessidade de ampliar a visibilidade e a divulgação das ações do órgão. A  
87 Vice-Presidenta **Marina Duarte**, propôs que, em todas as reuniões, houvesse um momento fixo para  
88 informes e apresentações. A pauta foi aprovada por unanimidade. A conselheira Iyá Vera  
89 **recomendou o envio de convites a reis e rainhas africanas para participarem das atividades da**  
90 **etapa nacional.** A conselheira **Nazaré Cruz** informou que a CONEN mantém contato com diversos  
91 atores internacionais e sugeriu que o convite também fosse estendido a organizações com essas  
92 conexões, para que contribuíssem na mobilização. A Secretária **Roberta Eugênio** propôs que o  
93 encaminhamento fosse levado à Comissão Organizadora Nacional, de modo a sistematizar os convites  
94 internacionais referentes à etapa nacional. O conselheiro Antônio Herculano ponderou sobre a  
95 importância de **definir previamente o número de participantes que comporão essa etapa.** Na  
96 sequência dos trabalhos, foi iniciada a apresentação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção  
97 da Igualdade Racial (SENAPIR), por meio da Diretoria de Articulação e Monitoramento da Gestão  
98 da Igualdade Racial – DAMGI. A Diretora **Tatiana Dias** apresentou o conteúdo relativo aos  
99 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS18), ressaltando os avanços e desafios no  
100 acompanhamento dos indicadores relacionados à igualdade racial. O conselheiro **Nuno Coelho**  
101 sugeriu a **possibilidade de elaboração de um anexo ao texto base contendo os indicadores**  
102 **específicos do ODS18**, encaminhando a proposta para análise da Subcomissão de Metodologia, sob  
103 responsabilidade do conselheiro Airton Ferreira. O conselheiro **Ogan Leno** questionou se as  
104 formações previstas seriam conduzidas por meio do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade  
105 Racial (SINAPIR), indagando também sobre a forma como os conselhos municipais seriam  
106 fortalecidos e sobre a importância da interiorização das políticas públicas de igualdade racial. A  
107 conselheira **Roberta Sodré** destacou a necessidade de que o tema dos ODS18 seja discutido no  
108 âmbito da Conferência das Partes (COP), integrando as pautas de meio ambiente e desenvolvimento  
109 sustentável. O conselheiro **Olumidê Betinho** tratou sobre as mudanças climáticas e suas interseções  
110 com os indicadores do ODS18, enfatizando a necessidade de construção de estratégias conjuntas  
111 especialmente no estado do Rio Grande do Sul. A conselheira **Marilda Cohen** apresentou as ações  
112 do Ministério das Cidades, com foco na pauta da Secretaria Nacional das Periferias, e informou sobre  
113 a presença do Ministério nas Plenárias Temáticas de Mulheres Negras. Comunicou ainda que  
114 representantes do Ministério das Cidades participarão da próxima reunião do CNPIR. A Diretora  
115 **Tatiana Dias** respondeu às manifestações, colocando-se à disposição para receber sugestões de

116 aprimoramento dos indicadores acompanhados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência  
117 Social, Família e Combate à Fome (MDS). Destacou ainda a plataforma do MDS que reúne relatórios  
118 e dados sociais, permitindo observação e acompanhamento dos indicadores de forma integrada. A  
119 Secretaria **Roberta Eugênio** encaminhou que o debate sobre o ODS18 fosse levado à deliberação da  
120 Comissão Organizadora Nacional (CON). No tocante à COP, informou sobre o comitê de  
121 enfrentamento ao racismo ambiental, que se encontrava nos trâmites finais para publicação, com  
122 previsão de convite formal ao CNPIR. Apresentou também o lançamento do Programa Kala Tukula,  
123 iniciativa voltada à promoção da justiça ambiental e racial. A conselheira **Edvalda Bispo** trouxe  
124 questionamentos relacionados a **problemas de acesso e atualização no Cadastro Único**  
125 (**CadÚnico**) dos povos ciganos. A Diretora **Tatiana Dias** destacou a importância da participação do  
126 CNPIR na câmara temática responsável por discutir o aprimoramento do sistema. A conselheira  
127 **Bruna Ravena** realizou a leitura da Recomendação sobre Sacralização Animal, elaborada pela  
128 Comissão Permanente coordenada pela conselheira **Mãe Tuca**. A Vice-Presidenta submeteu o tema  
129 ao regime de votação, abrindo antes espaço para manifestações. O conselheiro **Olumidê Betinho**  
130 ressaltou a importância da Recomendação e sugeriu correção na nomenclatura da pauta, destacando  
131 que a proposta reconhece práticas religiosas conforme disposto na Resolução nº 715 do Conselho  
132 Nacional de Saúde (CNS), em contraposição à normativa recentemente revogada pela Prefeitura do  
133 Rio de Janeiro. A conselheira **Iyá Vera** reforçou as falas anteriores, recordando o julgamento ocorrido  
134 em 2010, no Rio Grande do Sul, sobre o direito à sacralização, bem como a decisão do Supremo  
135 Tribunal Federal que reconheceu a legitimidade das práticas dos Povos e Comunidades Tradicionais  
136 de Matriz Africana. O conselheiro **Antônio Herculano** destacou a importância de o CNPIR manter  
137 sua natureza consultiva, ressaltando que a Recomendação reafirma os princípios já previstos na  
138 Resolução nº 715 do CNS. Foi realizada a votação da **Recomendação exarada pela Comissão**  
139 **Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro,**  
140 **Quilombolas e Ciganos, com o seguinte resultado: 27 votos favoráveis, nenhum voto contrário**  
141 **e uma abstenção da Ministra em exercício.** Em continuidade, a conselheira **Bruna Ravena** propôs  
142 a criação de um mapeamento, no âmbito da Comissão Permanente, com o objetivo de identificar se  
143 outros estados possuem resoluções ou atos normativos relacionados a manifestações de racismo  
144 religioso. A conselheira **Iyá Vera** questionou sobre o apoio do Conselho em casos de denúncias de  
145 racismo religioso ocorridas em ambientes digitais. A Secretaria Roberta sugeriu aos conselheiros(as)

146 a elaboração de uma Recomendação endereçada ao Ministério da Justiça e ao Conselho  
147 Nacional de Justiça (CNJ), abordando a responsabilização das plataformas e demais  
148 mecanismos de enfrentamento ao racismo na internet. A Vice-Presidenta, **Marina Duarte**,  
149 indicou que tal Recomendação fosse originada na Comissão Permanente, enquanto a conselheira  
150 **Cecília Bizerra** sugeriu incluir também a Secretaria de Políticas Digitais (SPDIG) da Secretaria de  
151 Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), sob direção de João Brant. O  
152 conselheiro **Nuno Coelho** apresentou **requerimento sobre violência e letalidade policial**,  
153 **submetido à votação com o seguinte resultado: 27 votos favoráveis, nenhum voto contrário e**  
154 **uma abstenção da Ministra em exercício**. Encerrado esse ponto de pauta, a reunião foi suspensa  
155 para o intervalo do almoço. Após o retorno, as comissões permanentes realizaram reuniões internas,  
156 cujas discussões ocorreram de forma reservada e, portanto, não constam nesta ata.

157 No segundo dia de reunião, a Vice-Presidenta **Marina Duarte** deu início aos trabalhos saudando  
158 os(as) Conselheiros(as) presentes. Às 9h48 foi registrado o quórum inicial, com a presença de 16  
159 conselheiros, sendo 14 representantes da sociedade civil e 2 do poder público. A Vice-Presidenta  
160 Marina Duarte apresentou os informes referentes à 5ª Conferência Nacional de Promoção da  
161 Igualdade Racial (V CONAPIR) e convidou os coordenadores das subcomissões para repassar as  
162 atualizações de seus respectivos grupos de trabalho. Em seguida, realizou a leitura da pauta e abriu  
163 espaço para manifestação do conselheiro **Antônio Herculano**, que apresentou questão relacionada à  
164 representatividade dos membros do governo. Às 9h54 foi registrado novo quórum, contabilizando 19  
165 (dezenove) conselheiros presentes, sendo 17 (dezessete) da sociedade civil e 2 (dois) do poder  
166 público. A Vice-Presidenta submeteu a ordem do dia à votação, sendo aprovada por  
167 **unanimidade, com 19 votos favoráveis, nenhuma manifestação contrária e nenhuma abstenção**.  
168 Na sequência, foram apresentadas as pautas relacionadas ao BRICS e à Conferência das Partes  
169 (COP30). O conselheiro **Nuno Coelho** fez um repasse sobre o tema dos BRICS, destacando a  
170 importância de ampliar a presença da sociedade civil nos espaços de debate e decisão desse bloco  
171 internacional. O conselheiro **Ogan Leno** ressaltou o caráter estratégico da ocupação desses espaços,  
172 defendendo a construção de um documento orientador do Conselho sobre as formas e critérios  
173 de promoção do etnodesenvolvimento. A conselheira **Rosa Negra** apresentou fala sobre a Cúpula  
174 dos Povos, destacando que o evento incluirá uma Cúpula Negra voltada à pauta climática. Ressaltou  
175 a necessidade de o CNPIR se fazer presente nesses espaços, questionando quais iniciativas concretas

176 estão sendo adotadas para assegurar a participação efetiva da população negra e qual será o poder de  
177 fala e de incidência do Conselho nesses espaços internacionais de decisão. A conselheira **Elaine**  
178 **Toledo** chamou atenção para os trâmites necessários à participação nas conferências internacionais,  
179 explicando as etapas de credenciamento e as possibilidades de incidência política e técnica no âmbito  
180 da COP. A conselheira **Iyá Vera** relembrou o histórico da Conferência Rio+20 e expressou  
181 preocupação com a ausência de um olhar específico para a negritude e os povos de matriz africana  
182 nas agendas ambientais globais. Informou que o FONSANPOTMA realizará um congresso durante  
183 a COP30, em Belém (PA), e convidou o CNPIR a participar de forma articulada. A conselheira Elaine  
184 Toledo informou que o portal Alma Preta participará de uma conferência internacional na Alemanha,  
185 na qual serão discutidos temas correlatos à COP30, colocando-se à disposição para levar  
186 contribuições do Conselho a esse espaço. O conselheiro **Airton Ferreira** registrou que não foi  
187 possível aprofundar o debate sobre o ponto dos BRICS na ocasião. Às 10h27 foi novamente registrado  
188 o quórum, com 22 (vinte e dois) conselheiros presentes, sendo 18 (dezoito) da sociedade civil e 4  
189 (quatro) do poder público. A conselheira **Maria Júlia** destacou que o CNPIR representa um espaço  
190 de resistência e resiliência, reforçando a importância de o Conselho evidenciar, diante do cenário  
191 internacional, as dificuldades enfrentadas no combate ao racismo no Brasil. O conselheiro **Nuno**  
192 **Coelho** defendeu a **criação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre a COP30**, ressaltando a  
193 importância de o CNPIR exercer seu papel de controle social e de incluir as discussões sobre  
194 economia, desenvolvimento e igualdade racial nas pautas do BRICS e da agenda climática. A  
195 conselheira **Rosa Negra** reforçou a necessidade de o Conselho compreender as especificidades das  
196 pautas e dinâmicas de participação, alertando que, caso o governo brasileiro não garanta o acesso  
197 efetivo da sociedade civil a esses espaços, poderá ocorrer o mesmo distanciamento observado em  
198 conferências anteriores. A Vice-Presidenta **Marina Duarte** apresentou as propostas consolidadas a  
199 partir do debate: a construção de um Grupo de Trabalho da COP30, com base na ata de reunião  
200 anterior, responsável pela **elaboração de um documento de referência para a participação do**  
201 **Conselho na conferência; a inclusão de representações da Secretaria de Quilombolas, Povos e**  
202 **Comunidades Tradicionais (SQPT) e da SENAPIR, bem como de representantes da Secretaria**  
203 **da COP, para discutir a pauta da justiça climática na próxima reunião ordinária do CNPIR**; e  
204 o encaminhamento de que, **na próxima reunião da Mesa Diretora, sejam apresentadas respostas**  
205 **e atualizações sobre as atividades relacionadas ao BRICS**. Caso já estejam em andamento, os

206 representantes ou ponto focal do BRICS, Nuno Coelho e Ogan Leno, deverão apresentar documento  
207 redigido sobre o tema. A conselheira **Daniela Luciana** sugeriu que fosse elaborado **requerimento**  
208 **formal à Secretaria da Presidência da República responsável pela organização da COP30,**  
209 **solicitando informações sobre a participação social** e institucional do Conselho. O conselheiro  
210 **Nathanael** registrou sua intenção de se manifestar posteriormente sobre o tema da COP30. A  
211 conselheira **Bruna Ravena** questionou se a participação do CNPIR no evento seguirá as regras  
212 aplicáveis a entidades com status consultivo nas Conferências do Clima. A Vice-Presidenta Marina  
213 Duarte submeteu à votação os **encaminhamentos referentes à COP30 e ao BRICS, sendo o**  
214 **resultado: 25 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.** A Vice-Presidenta  
215 Marina Duarte chamou o Diretor **João Vitor** para falar sobre o requerimento acerca do fluxo e dos  
216 procedimentos para viagens internacionais. **Edvalda Bispo** pediu a fala mais uma vez para reivindicar  
217 a **inserção da nomenclatura dos povos ciganos nos documentos base e orientador** e a Secretária  
218 Executiva do CNPIR, **Larissa Santiago**, informou que a **reivindicação será encaminhada à CON**  
219 para resposta, a fim de dar uma devolutiva oficial à comunidade cigana. O diretor **João Victor** (DGA)  
220 apresentou os fluxos de viagens internacionais. Seguiram-se as falas de **Marcos Fábio**, Chefe de  
221 Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério; **Antônio Herculano**, que elocubrou sobre o  
222 detalhamento da gestão financeira e o funcionamento do MIR; e **Rosa Negra**, que relatou as  
223 dificuldades encontradas nos trâmites de suas missões internacionais e questionou o que há de errado  
224 nos processos já realizados. **Bruna Ravena** pontuou que a FONATRANS tem possibilidade de  
225 participação em agendas internacionais e perguntou se há orçamento previsto, destacando que é dever  
226 do governo brasileiro orientar e dialogar sobre as informações necessárias, além de entender se o  
227 CNPIR poderá compor a comitiva oficial do governo. **Iraneide Soares** ressaltou que a questão não  
228 se limita a prazos, mas também à comunicação sobre agendas convocadas e convidadas, citando mais  
229 uma vez o exemplo do programa **“Caminhos Américanos”**, **onde já foram realizadas algumas**  
230 **edições e o CNPIR ainda não teve nenhum tipo de retorno da deliberação inicialmente**  
231 **pactuada.** Defendeu a melhoria no fluxo de comunicação do Ministério e cuidado com as  
232 informações repassadas. **Maria Júlia** observou que a questão é mais política do que burocrática. O  
233 Diretor **João Victor** respondeu aos questionamentos, e o Chefe **Marcos Fábio** destacou os critérios  
234 de excepcionalidade aplicáveis às viagens: eventos da Presidência da República e agendas específicas  
235 do Ministério. A Vice-Presidenta, **Marina Duarte**, reforçou a responsabilidade política do Ministério

236 em relação às viagens do CNPIR e à participação deste Conselho nas agendas internacionais.  
237 **Antônio Herculano** comprometeu-se a encaminhar ao Diretor João Victor solicitação de  
238 informações orçamentárias. Na sequência, a Vice-Presidenta Marina Duarte convidou o Secretário  
239 **Ronaldo dos Santos** para apresentar a Política Nacional de Povos Ciganos. O Secretário apresentou  
240 a política, explicou a composição da sua Secretaria e destacou que, como qualquer política, ela é  
241 permanente, sendo o plano periódico — no caso dos Povos Ciganos, referente ao período de 2024 a  
242 2027, correspondente ao PPA. A Coordenadora de Política para Povos Ciganos **Edilma Nascimento**  
243 relatou a criação do Comitê Gestor da Política de Povos Ciganos, composto por dez ministérios e  
244 coordenado pelo MIR, com 59 inscritos e 29 lideranças eleitas. Informou que a instalação ocorrerá  
245 no dia 27 de maio, de forma presencial. **Edvalda Bispo** ressaltou que a criação do Comitê Gestor foi  
246 uma conquista histórica dos povos ciganos, homenageando Cláudio (Cigano RON), primeiro  
247 conselheiro cigano do CNPIR, e comemorou o fato de a política “sair do papel e se tornar realidade”.  
248 **Rosa Negra** solicitou o mapeamento das comunidades ciganas em Rondônia para facilitar o  
249 diálogo e os convites. O conselheiro **Ogan Leno** parabenizou a SQPT pela ação e questionou se  
250 houve representação de todas as etnias e regiões, perguntando especificamente sobre o Ceará. O  
251 Secretário **Ronaldo dos Santos** respondeu, e a Coordenadora **Edilma Nascimento** complementou,  
252 informando que o mapeamento foi realizado em parceria com cinco universidades e o MIR, por meio  
253 de TED celebrado em 15 de setembro. Comunicou que no dia 28 de maio ocorrerá o seminário de  
254 divulgação do primeiro relatório da pesquisa qualitativa sobre a presença cigana, cujo encerramento  
255 está previsto para agosto. Apontou ainda que a maioria da representação no Comitê é Calon, seguida  
256 de Ron e Cinti, e confirmou a provável ausência de representação do Ceará. Destacou também a  
257 campanha nacional “História e Cultura dos Povos Ciganos”, promovida em 8 de abril. **Ogan Leno**  
258 informou que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário realizou mapeamentos de povos indígenas,  
259 de terreiro e famílias ciganas, apontando avanços e possibilidades de diálogo com a política nacional.  
260 A Coordenadora **Edilma Nascimento** divulgou o Edital de Literatura Infantojuvenil, com prêmios  
261 voltados a autores e coautores ciganos e quilombolas, aberto até 31 de maio. O Secretário **Ronaldo**  
262 **dos Santos** apresentou informes sobre o Edital de Literatura Erê Dendê, aberto até 24 de abril para  
263 Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro, e sobre o Edital Kala  
264 Tukula, programa de formação para 100 lideranças quilombolas, de terreiro, ciganas e de outros  
265 segmentos, com foco em agendas de governança global (COPs, BRICs). **Maria Júlia** retomou a

266 condução da mesa. O Conselheiro **Antônio Herculano** questionou acerca do orçamento destinado  
267 aos programas de promoção da igualdade racial e solicitou informações sobre o acompanhamento das  
268 pautas de interesse do Conselho no Congresso Nacional e indagou sobre o direcionamento de políticas  
269 públicas e de emendas parlamentares voltadas a povos quilombolas e povos de terreiro, sugerindo  
270 maior articulação institucional para o estabelecimento de marcos legais sobre o tema. A Conselheira  
271 **Carlene Printes** perguntou sobre as garantias de participação efetiva do CNPIR na COP30,  
272 destacando a importância do planejamento orçamentário para viabilizar a presença do Conselho no  
273 evento. Posteriormente, reforçou que seu território foi o primeiro território quilombola titulado do  
274 país e **solicitou que o CNPIR promova agendas de diálogo e articulação com esse território**. O  
275 Conselheiro **Olumidê Betinho** ressaltou a relevância da Conferência das Partes (COP) no contexto  
276 das emergências climáticas, destacando os impactos ambientais vivenciados pelas comunidades  
277 tradicionais de matriz africana no Rio Grande do Sul. Informou sobre a realização da Conferência  
278 Estadual de Povos de Terreiro no referido estado e convidou a Secretaria de Políticas para Povos e  
279 Comunidades Tradicionais (SQPT) para participar do evento. O Conselheiro **Nuno Coelho** relatou o  
280 recebimento de despacho da Assessoria Parlamentar **propondo a realização de debates e audiências**  
281 **públicas no Congresso Nacional com participação do CNPIR, de forma a ampliar o diálogo**  
282 **institucional sobre políticas de igualdade racial**. O Secretário **Ronaldo dos Santos** informou que  
283 os dados orçamentários referentes ao exercício de 2025 ainda não estão consolidados. Acrescentou  
284 informações sobre o aporte do BNDES e as tratativas em curso para o Programa Nacional de Gestão  
285 Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). Ressaltou que as políticas voltadas a terreiros e  
286 comunidades ciganas estão vinculadas ao orçamento discricionário da SQPT, ainda em fase de  
287 desenvolvimento. Apresentou informações sobre o diálogo mantido com a Secretaria da COP30,  
288 chefiada pelo Embaixador André Corrêa, e sobre a possibilidade de obtenção de credenciais para  
289 participação no evento. Mencionou também conversas com a RENAFRO acerca de Termo de  
290 Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS,  
291 voltado à reconstrução de áreas atingidas por emergências climáticas no Rio Grande do Sul. O  
292 Conselheiro **Herculano**, retomando a palavra às 14h50, manifestou que não considera necessária a  
293 convocação de representantes ministeriais para determinados informes, entendendo que os  
294 conselheiros do Poder Público podem realizar os devidos repasses internamente. Neste contexto,  
295 **Maria Júlia** registrou a relevante contribuição da Conselheira Vânia Viana nos debates do Conselho.

296 A representante enviada pelo Ministério das Mulheres, Senhora **Andreza**, informou sobre a  
297 aprovação do Regimento Interno da Conferência Nacional das Mulheres, que contará com a  
298 participação de aproximadamente 600 mulheres na etapa nacional. Destacou o compromisso com a  
299 ampliação da diversidade das representações e informou que a publicação do Regimento Interno está  
300 prevista para o dia 24 de abril. Foram debatidas as ações voltadas à transversalidade entre igualdade  
301 de gênero e raça, destacando programas, comitês e instrumentos de articulação intersetorial. Também  
302 foi informado que, em 2023, o Fórum Nacional de Políticas para Mulheres Quilombolas originou o  
303 Programa Intersetorial para Mulheres Quilombolas, acompanhado de um Plano de Ação. Mencionou-  
304 se, ainda, o Fórum Nacional de Mulheres do Hip Hop, que também resultou em programa e plano de  
305 ação específicos. Foram citadas outras iniciativas em andamento como o Programa de Enfrentamento  
306 à Violência contra Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas; Comitê da Marcha de Mulheres  
307 Negras; TED com o IFGO voltado à capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade; Grupo  
308 de Trabalho de Mulheres para a COP30, com foco na agenda de justiça climática e igualdade de  
309 gênero; Edital de ampliação da participação política de mulheres, elaborado de forma conjunta entre  
310 o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério dos Povos  
311 Indígenas (MPI), voltado ao enfrentamento da violência política de gênero e à promoção da presença  
312 de mulheres – não apenas eleitas, mas também lideranças populares – em espaços de poder. Destacou-  
313 se, ainda, a elaboração do Guia Eleitoral para Candidaturas de Mulheres Negras, desenvolvido em  
314 parceria com o MIR; a implementação da Lei da Igualdade Salarial e dos Critérios Remuneratórios;  
315 e o avanço na Política Nacional de Cuidados. No debate, a Conselheira **Iraneide Soares** manifestou  
316 preocupação com a inclusão das mulheres jovens nas políticas públicas. O conselheiro **Antônio**  
317 **Herculano** observou que, embora existam diversas ações, muitas delas não alcançam efetivamente  
318 os territórios, apontando a falta de divulgação e a dificuldade de implementação nos municípios. A  
319 Conselheira **Nazaré Cruz** destacou a importância das conferências livres para ampliação da  
320 representação nacional, expressando dúvidas quanto ao funcionamento do GT da COP30 e afirmando  
321 não perceber transversalidade racial nas discussões, que estariam concentradas em mulheres brancas.  
322 O Conselheiro **Ogan Leno** apontou a ausência de políticas específicas para mulheres de terreiro e  
323 mulheres de axé, destacando a existência de cinco redes de mulheres sem representatividade adequada  
324 e a falta de espaço de fala para lideranças femininas religiosas. A Conselheira **Bruna Ravena** tratou  
325 da violência contra mulheres negras e da violência política de gênero, ressaltando a carência de redes

326 de apoio e acolhimento pós-violência, bem como a escassez de recursos para mulheres negras e  
327 LGBTs. Pontuou a inexistência de políticas voltadas para mulheres trans e travestis negras, além da  
328 falta de acesso a direitos básicos como moradia, saúde, segurança, educação e justiça. Chamou  
329 atenção para a ausência de recorte racial nas políticas do Ministério das Mulheres e a falta de dados  
330 específicos no IBGE. O Conselheiro **Olumidê Betinho** defendeu o fortalecimento do diálogo entre o  
331 Ministério das Mulheres e as mulheres de axé, de modo a garantir a inclusão das lideranças de terreiro  
332 nas políticas de gênero. A Conselheira **Edvalda Bispo** informou que o Ministério das Mulheres  
333 contemplou mulheres ciganas em edital voltado à realização de oficinas de enfrentamento às  
334 violências. Destacou a educação como prioridade, solicitando assim maior atenção ao MIR. O  
335 Conselheiro **Nathanael**, após a fala de Bruna, comentou sobre a participação de mulheres trans em  
336 assembleias legislativas de outros países e questionou a posição do Ministério das Mulheres em  
337 relação à articulação internacional sobre o tema. Na sequência, foi relatado o diálogo em andamento  
338 com o MEC para construção de estratégias de formação de jovens negras, elaboração de campanhas  
339 educativas e formalização de instrumentos de cooperação. Mencionou-se a reconstrução institucional  
340 do Ministério das Mulheres, incluindo pautas relativas a jovens refugiadas e imigrantes e a celebração  
341 de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o MEC. Foram apontadas dificuldades de  
342 comunicação das políticas e a necessidade de maior articulação interministerial para garantir a  
343 ampliação e implantação das ações nos municípios. Informou-se a existência de GT interno do  
344 Ministério das Mulheres voltado à COP30 e o cronograma das Conferências Livres, a ocorrer entre  
345 15 de abril e 15 de agosto, cujas representações serão definidas conforme tabela a ser divulgada e  
346 inscrição a ser feita no Brasil Participativo. Ocorreu também um diálogo direto entre o Ministério das  
347 Mulheres, a RENAFRO e as Mulheres de Axé, assegurando representação em todos os fóruns.  
348 Mencionou-se, ainda, a formalização de ACT com a ANTRA, assinada no Dia da Visibilidade Trans,  
349 e a proposta de celebração de outros instrumentos de cooperação com diferentes organizações. O  
350 **convidado do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania Rui** apresentou as ações do MDHC,  
351 informando sobre o Programa de Criação da Rede Nacional de Ouvidorias e a atuação da  
352 Coordenação-Geral de Proteção de Terreiros, destacando a necessidade de pensar mecanismos mais  
353 amplos e efetivos de proteção. Mencionou ações desenvolvidas na Ilha de Marajó, com foco no direito  
354 de envelhecer, e o atendimento às comunidades tradicionais e quilombolas. O Conselheiro **Ogan**  
355 **Leno** relatou dificuldades no acesso às informações e na efetividade das respostas do Disque 100,

356 denunciando casos de violação de direitos, inclusive de caráter religioso, e sugeriu formação  
357 continuada para forças de segurança pública sobre os modos de vida dos povos de terreiro. O  
358 Conselheiro **Olumidê Betinho** abordou a amplitude dos programas e ações do MDHC, questionando  
359 sobre a criação e o funcionamento dos conselhos vinculados ao Ministério e defendendo a inclusão  
360 de lideranças de terreiro nos programas de proteção. A Conselheira **Nazaré Cruz** expressou dúvidas  
361 sobre o alcance dos programas do MDHC e de que forma chegam aos territórios. A Conselheira  
362 **Bruna Ravena** propôs o fortalecimento da Secretaria Nacional LGBT, com ampliação de projetos  
363 de empregabilidade em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, apoio a jovens aprendizes  
364 trans, programas voltados a pessoas trans idosas e políticas para a juventude LGBT vítima de  
365 violência. A Conselheira **Carlene Printes** solicitou materiais informativos sobre os programas  
366 voltados a comunidades quilombolas, defendeu a criação de reservas de vagas para quilombolas e  
367 indígenas e alertou para o aumento dos casos de suicídio entre jovens quilombolas e indígenas em  
368 razão de preconceitos sofridos, pedindo proteção às lideranças tradicionais. O Conselheiro **Airton**  
369 **Ferreira** pediu informações sobre investimentos em políticas públicas voltadas à comunidade LGBT  
370 e aos povos indígenas LGBT. **O convidado Rui** comprometeu-se a enviar o relatório atualizado e  
371 reforçou o compromisso do MDHC em garantir ações mais efetivas junto aos quilombolas, povos e  
372 comunidades tradicionais e de terreiro. Sobre as Comissões Permanentes, foi aprovada a  
373 recomendação da Comissão de Ações Afirmativas, com o indicativo da Mesa Diretora e aprovação  
374 dos(as) Conselheiros(as) presentes. A Comissão de Orçamento e Controle informou o  
375 encaminhamento de solicitação via aplicativo de mensagens, com posterior envio formal por e-mail.  
376 Entrando na pauta de repasses e deliberações da Comissão Organizadora Nacional (CON), a Vice-  
377 Presidenta **Marina Duarte** apresentou algumas deliberações da última reunião da CON, destacando  
378 a decisão de adiar as plenárias temáticas. O Conselheiro **Nuno Coelho** manifestou-se afirmando que  
379 as informações da CON não se restringem à Mesa Diretora, mas devem circular entre todas as  
380 subcomissões, respondendo à observação anterior do Conselheiro **Antônio Herculano**. **Marina**  
381 **Duarte** prestou informações sobre o regimento da CON e sobre as instâncias deliberativas vinculadas  
382 à organização da V CONAPIR, detalhando aspectos relativos à composição e às competências da  
383 Comissão Organizadora Nacional. Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidenta agradeceu a  
384 presença de todos(as) e encerrou a 91ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da  
385 Igualdade Racial – CNPIR.